

## DAS MÃES E DOS MONSTROS: MULHERES E VIOLÊNCIA POLÍTICA NO REGIME MILITAR DE 1964 PELA LITERATURA BRASILEIRA

Brunna Bozzi Feijó<sup>1</sup>

**Resumo:** Por meio de teorias feministas das Relações Internacionais, analiso as formas de representação de mulheres associadas à violência política em obras literárias brasileiras ambientadas no regime militar de 1964. Argumento que há uma tendência observável de representação feminina em cenários de violência armada conforme um tipo-ideal de pacifismo atávico e de sacrifício maternal. A análise é dividida em duas partes: i) da representação da mãe; e ii) da representação da militante e da guerrilheira, as quais, ao transgredir este tipo-ideal de feminilidade, tendem a ter sua autonomia decisória questionada sob narrativas que, no limite, as desmoralizam e/ou desumanizam. Concluo que para compreender o fenômeno da violência política, e da violência de gênero que a constitui, é preciso questionar as narrativas que particularizam a violência política feminina ao reduzi-la à contingência, à exceção ou à perversão individual.

**Palavras-chave:** ditadura militar; violência política; feminismo; maternidade

### 1. Introdução

As narrativas tradicionais sobre guerras e conflitos armados costumam associar a noção de masculinidade ao protagonismo da violência política e a noção de feminilidade ao alvo civil dessa violência ou então ao pacifismo. De fato, muitos estudos feministas enfatizam os elementos de cooperação, em oposição à rivalidade e à competição, como cruciais para os avanços de direitos sociais e políticos das mulheres nos últimos séculos (GILMORE, 2008). Além disso, vários trabalhos históricos no campo das teorias feminista e de gênero, como o seminal *Three Guineas*, de Virginia Woolf (1938), surgiram como crítica às diferenças sociais entre homens e mulheres que, em tempos de paz, condicionam perspectivas igualmente distintas acerca da eclosão das guerras. Segundo Luis Felipe Miguel (2015), ainda, uma das composições teóricas que melhor representa o rechaço à violência política, característica das guerras e genocídios do século XX, é a da filósofa e jornalista Hannah Arendt, na obra *Da Violência*. Há,

---

<sup>1</sup>Historiadora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela mesma instituição.

portanto, variadas e sucessivas oposições de autoria feminina à velha máxima de Carl Von Clausewitz, segundo a qual a guerra nada mais é que “a política por outros meios”.

Por outro lado, assim como alguns trabalhos teóricos feministas no campo das Relações Internacionais (RI) têm frisado, é importante que a identificação da cooperação como elemento da prática e da teoria feministas não contribua, ainda que de forma não intencional, para enrijecer pressupostos sociais essencialistas que concedem às mulheres um papel “naturalmente” pacífico e maternal. Pacífico porque passivo, maternal porque às mulheres competiria somente “criar a vida” e não “tirá-la”. Estes predicativos essencialistas, enraizados em discursos acadêmicos, artísticos e midiáticos, dificultam a identificação das mulheres como legítimas perpetradoras e/ou agentes autônomas de ações de violência política. Em consequência disso, quando uma mulher é publicamente identificada como a autora da violência política, é frequente a sua associação ao campo do “antinatural”, do “monstruoso”, do “passional” (SJOBERG, GENTRY, 2007). Identificar e analisar as formas de construção de sujeitos femininos e de representações femininas associados à violência política, nas múltiplas narrativas sociais e culturais, indo além das fronteiras dos discursos acadêmicos produzidos nos campos dos estudos de guerra e de defesa, tornou-se um tema da agenda de pesquisadoras feministas das Relações Internacionais, às quais este artigo se associa.

Utilizo romances brasileiros ambientados na ditadura de 1964, ou que a retomam de forma episódica, para interpretar as formas com que os sujeitos femininos associados à insurgência civil, modalidade de violência política, são construídas. De forma geral, meu trabalho se sustenta nas análises de Laura Sjoberg e Caron Gentry (2007; 2015), que investigam as formas com que se reproduzem narrativas de incredulidade ou de excepcionalidade às evidências de violências políticas perpetradas por mulheres. Por meio da observação da produção cultural das diferenças de gênero na forma com que a academia e a mídia recepcionam e reproduzem as ações de mulheres que participam de violência política, as autoras elaboraram uma tríade, ou arquétipos constantes, que figuram nessas narrativas: as mães, os monstros e as putas.<sup>2</sup> Essas categorias são instrumentais à análise que faço da representação de sujeitos femininos em romances nacionais que versam sobre a violência política característica do regime militar de 1964.

---

<sup>2</sup> “*Mothers, monsters and whores*” no título original em inglês.

Nas obras literárias que serão exploradas, têm destaque duas figuras femininas que antagonizaram o regime militar brasileiro, cada uma à sua maneira: a mãe e a guerrilheira e/ou a militante política. A mãe tem um papel coadjuvante na ação da violência dado que não a comete pessoalmente, mas se vincula ao desvio da norma política por associação ao protagonista, geralmente um filho ou marido “desaparecidos” pelo aparato de contra-insurgência do regime militar. Seu papel “natural” não chega a ser questionado. Em realidade, como argumentarei adiante, a ideia de “martírio materno”, sobretudo em episódios de conflitos armados, era (como ainda é) compartilhada, e até mesmo prestigiada, pelo pensamento militar, no qual se inclui o pensamento militar brasileiro. Em contrapartida, a ação da mulher associada à violência em outro papel que não o materno, ou da mulher que pessoalmente protagoniza e gerencia a violência, como a guerrilheira ou a militante, é comumente projetada no domínio do monstruoso ou do hipersexualizado. Isto é, são mulheres, como argumenta Laura Sjoberg (2013), que falharam como *mulheres*, pois transgrediram o tipo-ideal e os padrões socialmente construídos de mulher e de feminilidade ao assumir um comportamento compreendido como “alheio” ao seu gênero.

A violência política é um objeto de estudo por excelência das tradições acadêmicas voltadas ao estudo das guerras, como as RI. Segundo as tradições epistêmicas das várias correntes teóricas das RI, diferentemente de outras disciplinas (como a Ciência Política, a Geopolítica ou a História), a violência política não é analisada de forma exclusivamente positiva, como também prescritiva e normativa, dado que suas origens epistêmicas associam-se às burocracias e às Forças Armadas nacionais (HALLIDAY, 2007). Além disso, assim como diversas autoras da área têm apontado, diferentemente de outras ciências voltadas à análise e à história das guerras e dos conflitos armados, as RI se destacam por serem notoriamente refratárias ao emprego de teorias feministas e/ou de gênero como ferramentas de análise (TICKNER, 1997), o que igualmente se explica pelas origens burocráticas dessas disciplinas. Embora as narrativas de guerra sejam constituídas por claros marcadores sociais de masculinidade e de “virilidade”, aqueles que prescrevem e normatizam as guerras o fazem sob a pretensão da perfeita objetividade e racionalidade técnicas, o que dificulta a inserção

dos pressupostos dos estudos de gênero em suas análises, interpretados como meramente complementares, senão triviais (TICKNER, 1997; COHN, 1987).

Como aponta Laura Sjoberg (2013) as guerras e os conflitos armados são fenômenos vastamente estudados em seus variados aspectos e sob diversos paradigmas teóricos: são um imenso “quebra-cabeça” histórico e sociológico, em que ignorar a construção de papéis de gênero como variável legítima é negligenciar uma peça potencialmente geradora de análises mais amplas e completas destes fenômenos. A incapacidade de atribuir protagonismo e capacidade de agência a mulheres em ações de violência política é tanto uma consequência quanto uma causa da deficiência de discussões quanto aos papéis de gênero nos estudos da violência política. É por isso que a desnaturalização dos rígidos pressupostos de distinção de gênero, inclusive os que interpretam toda ação violenta como “antinatural” quando articulada ou protagonizada por mulheres, tornou-se parte constitutiva da agenda das teorias feministas de RI. Pesquisadoras no campo das RI têm se voltado à identificação da produção social de distinções de gênero, sobretudo no que diz respeito à naturalização do papel da mulher como “naturalmente” pacifista<sup>3</sup>. Suas análises são voltadas às narrativas midiáticas, principalmente no jornalismo e no jornalismo de guerra, às manifestações culturais e artísticas, ao campo do Direito Criminal e Penal, além de aos próprios discursos voltados aos estudos estratégicos e de defesa nacional.

A próxima seção do artigo se encarrega de aspectos teóricos em que esclareço: o significado de violência política empregado; a questão da representação feminina na agenda das teorias feministas das RI; a possibilidade de intersecção das RI com a literatura brasileira; por fim, as obras literárias escolhidas como *corpus* documental de análise. Na seção subsequente, analiso a associação entre maternidade e violência política por intermédio da análise das figuras maternas em obras literárias brasileiras sobre a ditadura de 1964. Emprego o conceito de “Bela Alma”, de Jean Elshtain (1995), referente à associação entre feminilidade, maternidade e martírio materno nas narrativas tradicionais das guerras e dos conflitos armados. Argumento que estas modalidades de

---

<sup>3</sup> É preciso qualificar estas pesquisas: em sua maioria, não são produzidas no Brasil, onde a construção teórica em Relações Internacionais, de forma geral, é bastante incipiente e majoritariamente associada às tradições teóricas clássicas do Realismo e do Liberalismo (BARASUOL, SILVA, 2016). Portanto, a associação entre feminismo e RI, na academia brasileira, figura como um apêndice, frequentemente ignorado, nos raros livros didáticos e nos manuais em que o tema aparece.

representação da agência feminina são comuns tanto em romances abertamente críticos à repressão do regime militar quanto aos próprios discursos oficiais do Exército Brasileiro que se referem ao papel social da mulher.

A seguir, analiso a forma com que são representadas as personagens que, diferentemente das mães de guerrilheiros e/ou de insurgentes, protagonizam elas próprias a violência política: destaco a dúvida e o descrédito que paira sobre as ações e a capacidade das militantes e guerrilheiras brasileiras. Por meio das categorias criadas por Sjoberg e Gentry (2007), argumento que a transgressão da mulher violenta não é apenas política, mas também *moral* e/ou *natural* — é uma dupla transgressão. A partir da análise de militantes e guerrilheiras que figuram na literatura brasileira sobre o regime militar, argumento que sua representação é feita sob dois silogismos falhos: *uma (boa) mulher não é violenta*, por isso a dúvida de seus pares de militância e de seus familiares sobre a sua capacidade e autonomia decisórias; por outro lado, *uma mulher violenta já não é (ou nunca foi) uma (boa) mulher*, por isso, também, a tendência à sexualização e a desproporcionalidade da violência empregada pelos agentes da contra-insurgência, dado que as interpretam como não mulheres — são os “monstros” e as “putas” do dizer de Sjoberg e de Gentry (2007). Concluo o artigo com o argumento de que a desnaturalização da ideia de pacifismo atávico feminino é essencial para uma compreensão mais abrangente do fenômeno da violência política, assim como das origens culturais e sociais da violência de gênero em contextos de conflito armado.

## 2. Aspectos Teóricos

Ao analisar a participação de mulheres em grupos separatistas islâmicos na Chechênia, Laura Sjoberg e Caron Gentry (2007) constatam que há uma lacuna entre a forma com que as militantes expressam suas motivações e a forma com que são representadas pelas narrativas jornalísticas. Enquanto as militantes relatam suas motivações com predicativos políticos e/ou religiosos, boa parte da mídia (não apenas a russa, como a internacional) escolhe um nexos familiar para referenciá-las: são “as viúvas negras da Chechênia”, ou seja, suas motivações políticas são afuniladas ao papel de “mães e esposas vingativas” (SJOBORG, GENTRY, 2007). Em outro exemplo das

peculiaridades das narrativas jornalísticas sobre a participação feminina em ações de violência política, as autoras trazem evidências empíricas de que a cobertura jornalística a ataques suicidas cometidos por mulheres em regiões do Oriente Médio (Cisjordânia, Jordânia, Gaza, Palestina e Israel) é muito desproporcional ao pequeno número de mulheres que, de fato, participa destas ações (SJOBERG, GENTRY, 2007).

Em ambos os exemplos, as ações de violência feminina são particularizadas em relação ao posicionamento geral dos grupos aos quais estão filiadas. Essa diferenciação é tanto reveladora da visão etnocêntrica acerca dos movimentos políticos vinculados ao Islã quanto da visão idealizada sobre as mulheres por parte dos autointitulados países ocidentais. Como argumentam Sjoberg e Gentry (2007), nos exemplos da Chechênia e do Oriente Médio, não se trata apenas de militantes e de terroristas, mas de *mulheres* militantes e de *mulheres* terroristas, como se o fato de ser uma mulher qualificasse a ação em curso, diferenciando-a como mais excepcional e reveladora do que a protagonizada por homens. Além disso, as ações dessas mulheres são racionalizadas primariamente por meio do nexos familiar. As “viúvas negras da Chechênia” tornaram-se violentas porque são mães ou filhas de militantes e guerrilheiros e, enquanto essa explicação seja verossímil, dificilmente a violência perpetrada por suas contrapartes masculinas seria analisada sob lógica semelhante, pois a violência perpetrada por homens dificilmente é particularizada ou excepcionalizada em razão de seu gênero.

Os dois exemplos demonstram uma visão orientalista da irracionalidade islâmica por meio do pressuposto de sua inconciliável diferença com o “modelo ocidental de civilização”, no qual as mulheres têm, dentro das narrativas das guerras e dos conflitos armados, um lugar garantido e idealizado de inculpabilidade, inocência e necessidade externa de segurança e de proteção (ELSHTAIN, 1995). Mulheres islâmicas que integram grupos armados separatistas, como as “viúvas negras da Chechênia”, são caracterizáveis como monstruosas e abjetas porque não cumprem as expectativas de seus papéis sociais de pacifismo maternal — daí a metáfora com a conhecida espécie de aranhas, que inocula veneno em seu par após a cópula. Simultaneamente, podem ser representadas como vítimas da tirania de sua cultura e religião, que as coage em direção ao extremismo. De uma forma ou de outra, elas têm sua autonomia política questionada,

pois ou são interpretadas como manifestação de um trauma ou perversão individual (a “viúva negra”) ou como desprovidas pelo seu meio da mínima capacidade de agência.

“Os leitores ficarão surpresos, com razão, pelo fato de uma mulher ousar escrever um prefácio para uma obra como esta” (CLAUSEWITZ, 1984, p.65, tradução livre) escreve Marie Von Clausewitz no prefácio *Da Guerra*, obra escrita por seu marido no século XIX e que permanece referenciada, ao presente dia, como clássica no estudo sobre o tema. A seguir, explica que a aparente ousadia de seu gesto resulta do respeito à vontade do marido, recém-falecido, e, assim, espera que não a julguem presunçosa, pois “não é preciso dizer que não tenho qualquer intenção de me considerar a verdadeira editora de uma obra que está muito além do meu horizonte intelectual” (CLAUSEWITZ, 1984, p.66, tradução livre). Nas principais narrativas contemporâneas sobre conflitos armados e guerras nacionais, os estadistas, generais e diplomatas — ou seja, os “heróis” da historiografia novecentista, das façanhas de ordem tática e estratégica — permanecem com o duplo domínio sobre as questões de guerra e conflitos armados: o domínio da representação e o da interlocução política. Do século XIX, de Marie Clausewitz, ao século XXI, em que George W. Bush sugeriu que um dos motivos para a invasão ao Iraque era a opressão da mulher iraquiana (GENTRY, SJOBERG, 2007), a aproximação entre mulheres e violência política permanece orientada por narrativas que as projetam como naturalmente predispostas ao pacifismo e apenas excepcionalmente vinculadas à transgressão da expectativa social de passividade.

Como observam Sjoberg e Gentry (2007), as análises sociais sobre as causas e a natureza da violência são múltiplas e permeiam vários campos do conhecimento — como a literatura, a psicanálise e a psicologia social, além das ciências políticas e militares —, porém, um traço que as aproxima e distingue é o da pretensa neutralidade de gênero das suas premissas, a despeito de serem, ainda hoje, formuladas em instituições majoritariamente ocupadas por homens. Participar da violência armada, assim como ponderar e expressar ideias sobre as várias modalidades da violência política armada são ações complicadas por diferenças sociais de gênero, que tornam alheias e anômalas a estas questões as características vinculadas a papéis socialmente atribuídos à feminilidade. Assim, as formas de representação feminina tornaram-se parte, também, da agenda de pesquisadoras interessadas no estudo das guerras e dos

conflitos armados. São análises que não se restringem aos discursos políticos oficiais ou à produção intelectual dos estudos de defesa e das RI, pois observam a produção e a reprodução das diferenças de gênero em episódios e contextos de violência nos vários meios sociais e culturais em que se apresentam, como nas artes visuais e literárias (ÅHÄLL, 2012).

Conforme Hayden White, a literatura, assim como a história por seus diferentes métodos, é um meio de produção e de reprodução de sínteses das experiências sociais, dado que transforma eventos políticos pregressos em narrativas coletivamente cognoscíveis (WHITE, 1994). Sob essa perspectiva, as narrativas literárias oferecem um *corpus* documental propício para reconhecer e identificar a produção de diferenças de gênero atreladas à interpretação coletiva e social da violência política — neste caso, da violência política inscrita na ditadura brasileira iniciada em 1964. Ao todo, sete obras foram analisadas com essa finalidade. Não é uma lista exaustiva, porém, em razão de seu recorte temporal, pois reúne obras contemporâneas e posteriores à ditadura, e de autoria, tanto feminina quanto masculina, cumpre o objetivo de suscitar reflexões sobre as características da representação de mulheres envolvidas, direta ou indiretamente, nos conflitos contra a repressão da ditadura militar. Três delas foram escritas e publicadas na década de 1970: um conto, *A Mãe*, de Domingos Pellegrini, e os livros *Sombra de reis barbudos*, de José J. Veiga, e *As meninas*, de Lygia Fagundes Telles. As restantes obras são mais recentes, publicadas após o ano de 2010: *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, *Azul Corvo*, de Adriana Lisboa, *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva, e *Volto semana que vem*, de Maria Pilla.

A noção de violência política não é consensual, tampouco unitária, haja vista que é possível desmembrá-la em múltiplos temas e focos de investigação — por exemplo: ao aspecto simbólico da violência e não apenas ao domínio tradicional da violência pelas armas; aos limites das hipóteses de legitimidade do uso da força, além das discussões quanto à legalidade do recurso à violência pelo Estado (MIGUEL, 2015). Diante dessas múltiplas possibilidades, ressalvo que o termo “violência” é empregado de forma abrangente e semelhante ao utilizado por Ana Åhäll (2012): o uso da força ao ponto de potencialmente ocasionar a morte alheia ou a sua própria. Adiciono à definição de Åhäll, entretanto, a pré-condição da participação de órgãos ou instituições do



governo, por definição, dotado de estatuto próprio de “legalidade”, ainda que não consensualmente dotado de “legitimidade” (e não é senão a percepção de desarmonia entre estes termos a motivação para a insurgência civil). Em síntese, a violência mapeada nas obras literárias consultadas é inscrita no rol das violências *políticas* porque se volta contra agentes do Estado ou é por eles perpetrada.

Por fim, a análise é conduzida por meio da teorização de Elshtain (1995) e de Gentry e Sjoberg (2007; 2015) acerca dos papéis atribuídos às mulheres em narrativas tradicionais das guerras e dos conflitos armados. Por essa razão, a exposição se dá em duas partes: a primeira é referente ao papel das mães, teorizado por Elshtain por intermédio do conceito de “Bela Alma”, as quais se associam à guerra de forma secundária, ou seja, por intermédio de relações de parentesco (sobretudo, de seus filhos e/ou maridos). A segunda parte refere-se às guerrilheiras e às militantes, mulheres que se vinculam à violência política de forma imediata, ou seja, protagonizando-a sem mediadores — e, assim, segundo argumentam Gentry e Sjoberg, transgredindo não apenas a norma política, mas as expectativas sociais relacionadas ao seu gênero.

### **3. Do martírio materno: a Bela Alma em tempos de violência política**

Na obra “Women and War”, Jean Bethke Elshtain (1995) se apropria do termo Bela Alma, cunhado por Hegel, para definir o papel idealizado concedido às mulheres nas narrativas tradicionais das guerras e dos conflitos armados: “um ser definido por um modo de consciência que lhe permite proteger ‘a aparência de pureza por cultivar inocência sobre o curso histórico do mundo’” (HEGEL apud ELSHTAIN, 1995, p.4, tradução nossa)<sup>4</sup>. Elshtain observa que o protagonismo da violência, realizado por indivíduos caracterizados por elementos reconhecidos como masculinos, dá-se em concomitância à idealização da inocência, da inculpabilidade e da pureza, associados aos aspectos culturalmente associados à feminilidade. A guerra se torna cognoscível não apenas pelo conflito aberto, mas, também, por intermédio desta dimensão vinculada à inocência e à pureza, constituída pelo imaginário da vida doméstica em que habitam, primariamente, as mulheres — que ou deverão ser protegidas, posto que não se

---

<sup>4</sup> *Beautiful Soul*, na versão original em inglês.

defendem de forma autônoma, ou, no pior cenário, transformadas em parte dos espólios de guerra.

Há, na experiência histórica da república brasileira, vários exemplos do funcionamento do mito da Bela Alma, não tanto pela adesão a episódios de conflito armado quanto pela influência do pensamento da caserna na política doméstica. Com a queda da monarquia e o início da “República da Espada”, as instituições políticas nacionais passaram a ter grande influência do pensamento positivista, cultuado pelos militares (CARVALHO, 2005). A ideia do matrimônio, exortada pelo positivismo, tinha como um de seus alicerces uma visão paternalista que pregava o “respeito cavalheiresco à dignidade feminina” (MENDES, 1915), em que feminilidade era compreendida como equivalente à fragilidade e à vulnerabilidade; assim, deve-se respeitar a mulher de forma altruísta, dado que é um indivíduo carente de proteção externa. Esta ideia persiste nos anos vindouros e emerge nas discussões a respeito do sufrágio feminino durante a constituinte de 1934. Neste momento, a ideia de cidadania frequentemente associava-se à capacidade de defesa territorial do país, razão pela qual, por exemplo, opositores ao sufrágio feminino podiam argumentar que o alistamento militar era uma pré-condição ao direito ao voto. (SOIHET, 2000).

A ideia de “soldado-cidadão”, influente na história republicana brasileira, pressupõe que a participação política é condicionada à habilidade, real ou potencial, de defesa do território. As Belas Almas, que são naturalmente maternais porque “doadoras de vida” e não “tiradoras de vida”, são incapazes de atos de agressão, conseqüentemente, tampouco são capazes de defender a si ou ao seu país. O alheamento das mulheres da vida política não significa, porém, que não tenham função patriótica ou nacionalista a desempenhar. Como argumenta Jean Elshtein (1995), historicamente, a maternidade tem sido uma forma de acesso a espaços de prestígio público em sociedades ou em contextos militarizados — por exemplo, por meio do que chama de ideal da “maternidade espartana”. A mãe espartana, em síntese, concebe filhos homens e os exorta para a guerra e o combate. Em exemplos extremos dessa lógica, mulheres que produzem muitos filhos são publicamente premiadas, como na celebração da histórica derrota de 1389 da Sérvia pelo Kosovo, no ano de 1993 (ÅHÄLL, 2012).

O ideal da mãe espartana pode ser interpretado como uma variação da Bela Alma, pois ainda que não se apresente como manifestação de pacifismo, vincula mulher a patriotismo (compreendido como responsabilidade de defesa territorial e, portanto, como potencial de beligerância) por meio da idealização da maternidade. Também o ideal da mãe espartana encontra exemplos na experiência recente brasileira. No ano de 2016, por meio da Lei n.º 12.705/2012, sancionada por Dilma Rousseff, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) recebeu a primeira turma de mulheres. Isto significa que as mulheres passam a participar das linhas combatentes do Exército Brasileiro (EB) e, em um futuro próximo, podem chegar ao ponto máximo de Generais de Exército. Neste mesmo ano, em ato contínuo ou por coincidência, o EB tomou a decisão de prestigiar uma mulher, consagrando-a ao panteão dos patronos militares<sup>5</sup>: Como consta no Boletim de Informações do EB, de junho de 2016, a personalidade escolhida foi Rosa da Fonseca:

Quando eclodiu a Guerra da Tríplice Aliança, sete de seus filhos seguiram para os campos de batalha. Ao receber Rosa o boletim com a notícia da morte do filho caçula [...] não deixou de homenagear as tropas, estampando a Bandeira Nacional em uma das janelas de sua casa. E quando pessoas amigas chegaram para dar-lhe os pêsames, D. Rosa teria afirmado: “Sei o que houve, [...] Mas hoje é dia de gala pela vitória; amanhã chorarei a morte deles”. E, de fato, chorou por três dias, fechada em seu quarto. Dentre seus filhos que regressaram vivos da Guerra da Tríplice Aliança, destacou-se [...] Deodoro da Fonseca, Proclamador da República [...] o Exército Brasileiro presta a devida homenagem à família, na figura de Rosa da Fonseca, reconhecendo a importância do espírito de sacrifício e de luta. (BRASIL, 2016)

Rosa Fonseca é prestigiada pelo EB, primariamente, por ter gerado sete filhos homens que participaram da Guerra do Paraguai, dentre os quais o primeiro presidente da República. A evocação ao ideal da mãe espartana seria inequívoca mesmo se, segundo o sítio virtual do EB, a batalha em que morreu um de seus filhos não fosse comparada à Termópilas (célebre batalha dos “300 espartanos”, segundo a descrição de Heródoto sobre as Guerras Médicas)<sup>6</sup>. A ressonância da Bela Alma na celebração de

---

<sup>5</sup> Segundo o sítio virtual do Exército Brasileiro, a definição de patrono militar é: “Chefe militar ou personalidade civil escolhida como figura tutelar de uma força armada, de uma arma, de uma unidade, etc., cujo nome mantém vivas as tradições militares e o culto cívico dos Heróis”. (BRASIL, s.d.)

<sup>6</sup> “Em 6 de dezembro de 1868, na célebre Batalha de Itororó, as ‘Termópilas paraguaias’, a primeira das batalhas da ‘Dezembrada’, outro de seus filhos [filhos de Rosa da Fonseca] sucumbe ante o fogo inimigo, o Major de Infantaria Eduardo Emiliano” (BRASIL, s.d.).

Rosa Fonseca como “matriarca militar” dá-se pelo fato de que em um contexto em que as mulheres passam a ser reconhecidas como combatentes em potencial, haja vista a adesão da primeira turma de mulheres à EsPCEEx, opta-se por “prestigiar” a relação entre mulher e patriotismo por intermédio da idealização da mãe. Reitera-se a imagem da mulher como “doadora de vida”, não como “tiradora de vida”. Rosa Fonseca vincula-se à Bela Alma no sentido de que sua relação com a guerra é caudatária do protagonismo de seus filhos e marido. Assim, esta narrativa de celebração da matriarca corrobora com a essencialização da inabilidade feminina para a violência política, ainda que não o faça por meio da crença de que as mães são atavicamente pacifistas.

A representação das mulheres por intermédio do mito da Bela Alma é tão exclusiva aos militares quanto o são as narrativas sobre as guerras e os conflitos armados de forma geral. Elementos como os de martírio materno, domesticidade e inculpabilidade ou inocência, constitutivos do mito da Bela Alma, ressoam, também, em narrativas históricas, literárias e jornalísticas, por exemplo. A vinculação entre feminilidade e pacifismo tampouco foi uma criação unilateral e outorgada às mulheres de cima para baixo. Como argumenta Elshtein (1995), os primeiros movimentos de mulheres em prol do sufrágio capitalizaram a crença na sua suposta essência pacifista para argumentar a favor da potencial contribuição das “qualidades eminentemente femininas” para a vida política.<sup>7</sup>

Ao dividirmos o mito da Bela Alma em seus componentes menores e formativos, é possível notar a sua presença em várias obras literárias que versam sobre o tema do conflito armado e da violência política. A ideia de martírio materno, isto é, da redução da mulher, confinada ao espaço privado da família, ao papel de devoção, zelo e cuidado maternal constitutiva de uma visão idealizada da Bela Alma, perpassa muitas obras literárias do século XX. Se grande parte do prestígio social feminino era adquirido pela via da devoção familiar, então, em um cenário de guerra, conflito e decadência, a

---

<sup>7</sup> Na literatura do início do século XX, a relação de equivalência entre maternidade e pacifismo fica evidente em “Herland”, obra publicada por Charlotte Perkins Gilman, em 1915, na qual retrata uma sociedade utópica gerida exclusivamente por mulheres. Herland é uma nação que não conhece guerras, ações de violência ou relações de subordinação, pois suas habitantes fizeram da maternidade uma ciência e uma religião, assim como o seu ideal coletivo mais prestigiado.

devoção completa à família torna-se substituível pela devoção completa ao luto<sup>8</sup>. Em “Volto semana que vem”, de Maria Pilla (2015), a ideia de martírio materno está presente sob a forma da consumação física e subjetiva da mãe enlutada, representada na personagem Dona Iracema. No livro, um representante da repressão militar bate à porta dela com a notícia de que seu filho se suicidara. Em realidade, o jovem participava de ações clandestinas contra o regime militar e a visita é um embuste para evitar questionamentos futuros da mãe sobre as causas e circunstâncias reais de sua morte.

A mulher que atendeu a porta era uma senhora ainda jovem [...] Fazia poucos dias que o filho saíra por aquela porta levado por policiais. Disseram que ele voltaria logo, coisa de rotina. Dona Iracema esperara impacientemente pelo filho, até o homem chegar com a notícia brutal (PILLA, 2015, pp. 20-21).

A partir da revelação do suposto suicídio, há a transição da “mulher ainda jovem” em mãe perpetuamente enlutada, para quem o tempo e a juventude são consumidos sem que o sentimento de perda possa ser superado,

Os cabelos da senhora ficaram brancos, seu corpo foi perdendo o prumo, e a partir daquele dia, dona Iracema foi uma mãe brasileira em busca da justiça que tarda. Nunca entendeu como é possível um jovem de vinte e três anos ser morto por causa de seus ideais. (PILLA, 2015, pp. 21).

A consumação da mulher pelo sentimento de perda é composta por meio dos elementos de isolamento e de clausura que contribuem para compor uma imagem de sacrifício autoinfligido pela mãe. De forma semelhante à Rosa Fonseca, quem, supostamente, “chorou por três dias, trancada em seu quarto”, após o fim da Guerra do Paraguai, Marcelo Rubens Paiva descreve a reação de sua mãe diante do desaparecimento do marido pela repressão do regime militar brasileiro. No livro “Ainda Estou Aqui (2015)”, em capítulo intitulado O Sacrifício, Paiva escreve:

[...] minha mãe montou um quarto com cama de viúva. Trancava-se todas as noites para acender velas e chorar. Nunca a vimos chorando. Trancava-se e preferia sofrer sozinha. À luz de velas (PAIVA, 2015, p. 163)

---

<sup>8</sup> Simone de Beauvoir sintetiza esta ideia de devoção integral e tirânica da mulher à família na personagem Natasha Rostova, de “Guerra e Paz” de Tolstói. Na interpretação de Beauvoir, Natasha adquire prestígio social somente quando abdica de suas aspirações pessoais e dissolve-se em uma relação de devoção completa à célula familiar e aos êxitos públicos do marido. Ao tornar-se esposa e mãe, Natasha torna-se a mãe e a esposa, isto é, alcança singularidade na entrega e no auto-sacrifício, despendo-se de quaisquer pretensões individuais progressas (BEAUVOIR, 1989, p. 526).

O espaço da reclusão doméstica é um espaço de espera e de tempo em suspensão — seja a espera pelo retorno daqueles que foram para o domínio das incertezas características de um quadro de violência política, seja a espera por mensageiros que tragam notícias deles. A imagem da espera ratifica o componente estático da casa, do domínio da inocência e da ausência dos conflitos do mundo exterior, ou seja, o espaço em que habita a Bela Alma, cultivando “a inocência sobre o curso histórico do mundo”. O contato da Bela Alma com o espaço externo do conflito dá-se de forma mediada — por uma bandeira nacional na janela, como Rosa Fonseca, ou pela chegada de um mensageiro, como no caso de Dona Iracema.

[...] mães, irmãs, mulheres prenhes de espera. Aguardam o momento com a emoção antecipada de amantes de estrelas armados de lunetas à espera do eclipse único do século. Armam-se, neste caso, de esperanças. O presidente anunciara que, ao meio-dia em ponto, o ministro da Justiça Armando Falcão revelaria o paradeiro dos desaparecidos (KUCINSKI, 2014, p.66)

Neste excerto de “K. Relato de uma busca”, Bernardo Kucinski (2014) descreve o momento em que o governo brasileiro anunciaria uma lista com o nome dos desaparecidos políticos na década de 1970 (o que acabou não acontecendo). Como artifício para criar uma atmosfera de comoção e de expectativa, Kucinski cria um cenário constituído por figuras femininas, grávidas de espera. O trecho é revelador da ressonância do mito da Bela Alma pelo fato de que a obra é inteiramente narrada pela perspectiva de um *pai* em busca das reais circunstâncias do desaparecimento da filha, que militava contra o regime militar. A “busca” descrita no título do livro é eminentemente paterna, na qual a mãe tem uma função apenas secundária, senão marginal. A alusão a figuras femininas como forma de simbolizar a ideia da espera é possível porque preexiste à obra o mito social que vincula espera e domesticidade a figuras femininas em cenários de violência política. Adicionalmente, cabe a hipótese de que se ver obrigado a assumir um “papel de mulher” é uma dentre as várias atribuições e angústias colocadas no périplo do pai em busca da verdade.

A domesticidade e a reclusão maternas em um cenário de violência política encontram o paroxismo em “Sombras de Reis Barbudos” (2015), de José J. Veiga, considerado um expoente brasileiro do realismo fantástico. Publicada na década de

1970, no contexto de agravamento da repressão política representada pelo AI-5, Veiga narra a trajetória de instalação de uma misteriosa “Companhia de Melhoramentos”, a qual gradualmente se torna uma força autoritária, em uma pequena cidade do interior. As ações da Companhia fazem claras referências à repressão do contexto político brasileiro, em que ocorriam desaparecimentos dos opositores do regime e o cerceamento de direitos individuais, como de livre reunião e de manifestação em espaços públicos. A história é contada na perspectiva de um menino, e sua mãe é central na narrativa, pois é o adulto que lhe garante relativa estabilidade diante de um mundo em rápida mudança, a caminho de tornar-se uma distopia totalitária, e de um pai que se torna progressivamente agressivo ao ser contratado como fiscal da Companhia.

A mãe retratada por Veiga é uma figura idealizada: pacífica e, no dizer do menino, “mansa”. Aceita as intransigências do marido sem jamais alterar seu tom de voz. Com o reforço do autoritarismo na cidade, por meio da instalação de muros que dificultam o encontro entre seus habitantes, a domesticidade da mãe torna-se explícita, mas não de toda forma inédita: “Minha mãe não sofria pessoalmente a prisão porque essa era mesmo a vida dela havia muito tempo. Mas se preocupava com o meu desassossego” (VEIGA, 2015, p.79). O sofrimento da mãe, portanto, é potencializado em razão do sofrimento do filho, dado que a chegada da Companhia de Melhoramentos apenas potencializa uma situação preexistente para ela. Em breve, os únicos espaços disponíveis para a circulação da mãe serão o seu quarto e o jardim da casa, pois já não sai às ruas, nem para ir à igreja. Seu embotamento social ressoa o cenário criado pela escritora canadense Margaret Atwood em “O conto da Aia”, obra distópica em que a reclusão doméstica e o alheamento político da mulher é consequência do poder simultaneamente marital e estatal masculinos em uma sociedade altamente militarizada.

O martírio materno e a sua domesticidade vinculam-se diretamente à ideia de inocência, palavra polissêmica. Por um lado, inocência pode significar inculpabilidade, pois se as mulheres não participam da violência política tornam-se automaticamente isentas de qualquer culpa pelas agressões não cometidas, ou seja, são representadas como potenciais alvos civis, e não como potenciais agressoras. Por outro lado, inocência remete, também, às ideias de ingenuidade ou de ignorância sobre a arquitetura geral dos conflitos. É válida a hipótese de que uma das explicações para uma “essência feminina”

pacifista é a sua incapacidade, igualmente inerente, de compreender as motivações políticas subjacentes à belicosidade. Inocente e ingênua, a Bela Alma é infantilizada à luz dos eventos correntes. No conto “A mãe”, de Domingos Pellegrini (1977), a relação entre ingenuidade e embotamento da vida pública se dá pela forma com que uma mulher racionaliza a escolha pela clandestinidade feita pelo filho, o qual militava contra o regime militar brasileiro. “[M]eu filho vai sair fugido; são esses livros, essas companhias, essas madrugadas misteriosas que perderam meu filho” (PELLEGRINI, 1977, p.27), diz ela, sem que em nenhum momento do conto, narrado na perspectiva materna, sejam explicitados os ideais políticos do filho, cujas razões, como suas madrugadas, são “misteriosas”. Objetivamente, o fato de sofrer a ausência do filho é o único elo aparente entre a mãe e o cenário de exceção do regime militar, o que viabiliza a conjectura: se o filho jamais tivesse optado pela insurgência e pela clandestinidade, a ditadura jamais teria ocorrido no espaço onde habita esta mulher?

As narrativas sobre a Bela Alma feminina fundamentam-se na construção de uma visão idealizada sobre as mulheres e sobre a maternidade, identificada com o pacifismo, senão com a passividade. Sofrem, sim, a guerra e o conflito, mas de forma reflexa e mediada. Como adverte Caron Gentry (2009), porém, nem toda maternidade em cenário de violência política é pacifista ou passiva. Gentry distingue a “maternidade passiva” da “maternidade ativa”: enquanto aquela se vincula a um padrão de domesticidade, esta se relaciona ao ativismo político e à participação em ações coletivas, o que denota agência e possibilidade de protagonismo. Esta ressalva é crucial para a análise da militância feminina contrária às ditaduras militares latino-americanas, dado que organizações de mulheres — como o Movimento Feminino pela Anistia no Brasil, criado em 1975, por exemplo — desempenharam papéis de relevo na denúncia contra as práticas e políticas de exceção<sup>9</sup>. Contudo, o sofrimento materno reflexo, isto é, em razão da violência política praticada por terceiros, parece ser um código social de valor próprio.

---

<sup>9</sup> É sintomático da maternidade ativa que o Movimento Feminino pela Anistia, criado em 1975, tenha escolhido Maria Quitéria para dar nome ao jornal que veicularia seus argumentos a favor da anistia e do respeito aos direitos humanos no Brasil. Maria Quitéria é tida como a primeira combatente do Exército Brasileiro, quem, trajando fardas masculinas, participou de batalhas pela independência contra tropas portuguesas no estado da Bahia.



A legitimidade que uma mãe possui para sofrer por sua prole, ou mesmo para defendê-la publicamente, de certa forma independe da presunção de legitimidade ou de legalidade dos atos cometidos por seus filhos e suas filhas — afinal, um conflito pressupõe lados antagônicos, enquanto as ações cabíveis à Bela Alma independem deles. Como sugere Nancy Caro Hollander (1996, p.72), o fenômeno da militância de mulheres latino-americanas contra a prática de desaparecimento de presos políticos, iconizado pelas *Madres da Plaza de Mayo*, tem uma explicação secundária, nem por isso ignorável: a apreensão masculina de criticar e denunciar a repressão do governo em espaços públicos, seja porque isso seria um atestado da sua impotência paterna em defender sua família, seja pelo receio de que a repressão militar e policial pesaria mais fortemente sobre eles do que sobre suas contrapartes femininas. A relação da mulher com a violência política por intermédio de seu papel maternal, ainda que em uma expressão de “maternidade ativa”, não transgride as mesmas barreiras da mulher que se associa à violência política protagonizando-a, ou seja, como militante, combatente e guerrilheira. Estas não apenas divergem da Bela Alma, como lhe vão totalmente de encontro.

#### **4. Das combatentes subestimadas, dos monstros e das putas: quando a bela alma protagoniza a violência política**

Segundo Sjoberg e Gentry (2007), são historicamente escassos os papéis sociais vinculados à prática da violência atribuídos às mulheres, ao passo que são muitos e vários os seus papéis vinculados ao acolhimento, aos afetos e ao cuidado, o que contribui com a associação da mulher violenta a uma expressão de perversão individual, mais com do que ao engajamento a uma ideologia ou ideal compartilhados. A violência política perpetrada por mulheres torna-se, então, um fenômeno apartado da violência política “comum” e, por isso, tende a ser retratada de forma menos politicamente autônoma, racional e estratégica do que é o caso com suas contrapartes masculinas. As características comportamentais constitutivas da noção eminentemente pacifista, quando não passiva, do mito da Bela Alma, geram dois tipos de falso silogismo quando confrontadas por evidências tangíveis da violência ou do potencial de violência

feminina: i) a (boa) mulher é incapaz de atos de violência, por isso, não pode ter feito, ao menos não de forma completamente autônoma, o que alegadamente fez; ii) se é comprovado que é apta à violência, então não se tratava, desde o início, de uma (boa) mulher, mas, em consonância com Sjoberg e Gentry (2007; 2015), de uma “puta”, porque moralmente desviante, e/ou de um “monstro”, cujo estatuto de humanidade é questionável.

Muitas mulheres escolheram participar de grupos de militância e de insurgência armada contra a ditadura militar brasileira, movimento constitutivo do processo mais abrangente de incursão feminina nos espaços políticos nas décadas de 1960 e de 1970. Duas considerações, no mínimo, são válidas para pensar sobre a participação feminina em grupos de extrema-esquerda no Brasil durante a ditadura. Em primeiro lugar, o feminismo dificilmente representava um projeto de urgência dentre as pautas possíveis da militância armada brasileira da época, pelo contrário, era observado com restrições ou, então, como obstáculo<sup>10</sup>. Em segundo lugar, a adesão de mulheres à luta armada não condicionou uma relação imediatamente igualitária entre seus pares. Segundo Sjoberg e Gentry (2007), mesmo dentro de organizações paramilitares de ultra-esquerda das décadas de 1960 e de 1970, havia espaço para estipular tarefas de forma sexista.<sup>11</sup>

O que é que você veio fazer aqui, menina. Ele foi atrás dela se sentar no terreiro, uma fogueira acesa para espantar os mosquitos.  
O mesmo que você.  
Você é tão novinha.  
E você não é? (LISBOA, 2014, p. 113)

Este curto diálogo transcorre entre dois guerrilheiros da Guerrilha do Araguaia, em “Azul Corvo” (2014), obra literária escrita por Adriana Lisboa. No livro, o guerrilheiro é retratado como possuidor de grande aptidão e facilidade no manejo das armas, além de ter recebido treinamento na Academia Militar de Pequim. Para além da sua aptidão individual, inata e adquirida, entretanto, a naturalidade com que é representado como guerrilheiro relaciona-se ao seu gênero, o que é deduzido pela forma

---

<sup>10</sup> Segundo Céli Pinto, em obra sobre a história dos feminismos no Brasil: “a esquerda exilada, marxista e masculina, via no feminismo uma dupla ameaça: a unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais. Portanto, o feminismo, que no Brasil não era bem visto com bons olhos pelo regime militar ultradireitista, também não tinha guarida entre os militantes de extrema esquerda” (PINTO, 2003, p. 53)

<sup>11</sup> Discutem o caso específico da *Weather Underground*, movimento armado, organizado por jovens estadunidenses contrários ao governo de Lyndon Johnson, à Guerra do Vietnã e à segregação racial.

com que questiona as motivações de sua interlocutora ao utilizar qualificadores de gênero específicos, como “menina” e “novinha”. O potencial de estranhamento causado pela presença feminina em organizações paramilitares, no entanto, não difere muito do enfrentado em organizações militares convencionais. Ao avaliar testemunhos de mulheres do Exército Britânico e de grupos paramilitares da Irlanda, Gentry e Sjoberg (2015) argumentam que as críticas e hostilidades partem da crença, muito arraigada, de que as combatentes abandonaram seu papel primário materno e, por isso, foram confiscadas de seu sentido original de inocência e de pureza.

Os dois qualificadores da guerrilheira Manuela — “menina” e “novinha” — evidenciam a tentativa de enquadrá-la em uma imagem tradicional de ingenuidade e de inocência que contrasta com o ambiente da guerrilha. Essa imagem idealizada da mulher torna inevitável a dúvida quanto a sua real capacidade de combate ou à autonomia decisória da militante e/ou da guerrilheira. Se é uma (boa) mulher, logo, não é capaz de, autonomamente, protagonizar a violência política. O silogismo torna-se evidente, também, em “K. Relato de uma Busca”, de Bernardo Kucinski (2014). Neste livro, tem-se como figura central o pai de uma militante desaparecida pela opressão do regime militar, por quem nutria uma imagem de fragilidade e de delicadeza remissiva de sua infância. A visão idealizada do pai contrasta com a de uma militante em um contexto notoriamente violento e de repressão. Assim, acaba racionalizando o paradoxo entre fragilidade e militância ao conceder ao genro boa parte da responsabilidade pela adesão da filha à sua trajetória política da vida adulta:

[...] a pergunta que realmente o afligiu era se a filha teria sido poupada caso o marido não fosse um revolucionário. Um dilema moral: deveria odiá-lo, por ter arrastado sua filha a uma morte estúpida, ou honrá-lo, por ter enriquecido sua vida? E até que ponto ele de fato a envolveu na luta clandestina, ou, ao contrário, tentou preservá-la, alertá-la dos riscos, mantê-la distante, mas ela teria se recusado a não acompanhá-lo à luta, tão perigosa? Essas perguntas ficarão para sempre sem respostas. (KUCINSKI, 2014, pg.43)

Nesse excerto, o nexos entre a filha e a insurgência política está colocado nas relações de parentesco — no caso, nas relações conjugais entre a filha e o marido, ambos desaparecidos. Segundo as hipóteses aventadas, a premissa é que o marido é o elo causal entre a filha e a insurgência política, restando saber se ele a “arrastou” ou se tentou demovê-la de “acompanhá-lo”. Nesta premissa, não podem ser colocadas as

hipóteses de o marido pouco ou nada ter interferido na decisão, tampouco de ter sido ele próprio conduzido pela esposa. A racionalização da imagem idealizada da filha é realizada por intermédio da transposição ou da diluição de sua autonomia decisória para a figura do marido. A filha de K. é presumida inocente e vulnerável e, assim, como a aptidão da guerrilheira no diálogo criado por Adriana Lisboa (*uma menina, tão novinha, no Araguaia?*), a autenticidade de sua tomada decisória é questionada em razão de seu gênero: a militante e desaparecida é representada, primariamente, como a filha frágil.

O segundo silogismo sentencia que uma mulher violenta não é uma (boa) mulher: parte-se da evidência, consumada ou presumida, da violência política feminina, a partir da qual ocorre a transformação da mulher em figura antinatural e/ou moralmente abjeta. Se as premissas de feminilidade são a vulnerabilidade e a capacidade de acolhimento maternal, então a mulher violenta não pode ser vista senão como falha biológica ou moral desta “versão oficial” de mulher. Da Segunda Guerra retira-se um exemplo óbvio de como a violência feminina pode ser apontada como resultado de “falha biológica”: segundo uma ex-combatente soviética ouvida por Svetlana Alexijevich (2016), corria o boato, inclusive entre os jornalistas de países aliados, de que as militares soviéticas eram, na realidade, “hermafroditas”. A versão da “falha moral”, por sua vez, tem um exemplo na Força Expedicionária Brasileira (FEB), mobilizada nesta mesma guerra. Uma enfermeira que integrou a FEB revelou que as voluntárias “sofreram difamações horríveis. Até a mulher de um militar de alta patente [...] tachou-nos de ‘prostitutas que queriam ir para a guerra para fazer a vida’. A nossa guerra, na realidade, começou aqui mesmo” (OLIVEIRA, 2017, p.691).

Segundo argumenta Jean Elshtain (1995), enquanto se presume que os homens são qualificados para o exercício de cargos políticos até que sua masculinidade seja questionada, as mulheres são excluídas até que provem sua capacidade para participar da esfera política, eminentemente masculina. Em relação ao exercício da *violência* política, este raciocínio se opera de forma análoga: enquanto o potencial da ação violenta ou da agressão é vinculado a características psicossociais consideradas masculinas, a agressão perpetrada por mulheres é comumente caracterizada como excepcional e/ou circunstancial. Esta é uma das razões às quais se pode creditar a escassez de mulheres em cargos públicos relacionados a questões de guerra e de defesa

nacional no Brasil, cujo governo jamais foi integrado por uma ministra de Relações Exteriores<sup>12</sup>, tampouco uma ministra da Defesa (ou da Guerra, segundo a nomenclatura extinta em 1999). No Senado Federal, responsável por autorizar a Presidência da República a declarar a guerra e aprovar o estado de defesa ou autorizar o estado de sítio<sup>13</sup>, cerca de 90% dos assentos são ocupados por parlamentares homens<sup>14</sup>. No mesmo ano em que as mulheres passam a ingressar na Escola Preparatória de Cadetes, o Exército Brasileiro recorre uma figura materna como papel feminino a ser celebrado. Segundo Ana Åhäll (2012), em um artigo que sugere uma crítica das formas com que as mulheres perpetradoras de violência são inscritas como sujeitos e objetos nas várias práticas discursivas:

Precisamos focar nas representações de agência feminina na violência política porque tais representações nos informam não apenas sobre como gênero, agência e violência política são compreendidos, mas também sobre o que tais entendimentos podem significar para a vida cotidiana em nossas sociedades (ÅHÄLL, 2012, p. 104)

Para além dos cargos políticos, o processo de escolha dos temas para a investigação social, que terminam por informar a formação de políticas públicas e de Estado, é um segundo possível desdobramento dos sistemas de representação mencionado por Åhäll. Apenas a título de exemplo, é revelador do viés de gênero das pesquisas acadêmicas, assim como dos interesses das burocracias estatais nelas envolvidas, como, após séculos de estudos meticulosos sobre os conflitos armados, a questão do estupro tenha apenas muito recentemente sido inserida como fenômeno característico da proliferação da violência armada, e não como casualidade ou eventualidade (HIRSCHAUER, 2014). As narrativas literárias são um meio privilegiado de análise da questão da representação feminina em sua relação com a violência política, já que têm o potencial de explicitar fenômenos de outra forma silenciados ou inviabilizados em outros meios discursivos — inclusive naqueles em que estudo do fenômeno da violência é um objetivo primário, como nas RI ou nos estudos de defesa.

Nua, ela foi socada e chutada no meio de um círculo de uns trinta homens. Quando estava prestes a desmaiar, foi levada ao rio, onde enfiaram sua

---

<sup>12</sup> E segundo dados levantados por Viviane Balbino (2011, p.78), no ano de 2005, 92,9% dos cargos de Ministros de Primeira Classe (o ponto mais alto da hierarquia diplomática) eram ocupados por homens.

<sup>13</sup> Segundo o Art.49, inciso II da CRFB/88.

<sup>14</sup> Há 13 mulheres, em um universo de 81 cargos, na 55ª legislatura do Senado Federal (junho/2017).

cabeça até quase afogá-la. Molhada, foi torturada com choques elétricos. Puta comunista. Levaram-na ao rio de novo. E assim sucessivamente. Nos intervalos, a jogavam dentro de um buraco, onde as dores e os sangramentos a impediam de dormir. (LISBOA, 2014, p.218)

Quando a violência de gênero é analisada por uma perspectiva que enfatiza a questão da representação, pode-se perceber, dentre outros aspectos, a forma com que a tendência à sexualização e à desumanização da mulher é simultânea à suplantação da expectativa de passividade pela evidência de seu protagonismo na violência política. O excerto de “Azul Corvo” de Adriana Lisboa (2014) evidencia esta transição: a guerrilheira do trecho citado não é apenas uma combatente inimiga ou uma comunista, é uma *puta*, localizada, portanto, em uma zona contígua entre política e sexualidade. A desproporcionalidade da força empregada contra ela denota um possível efeito da falha lógica que dispõe a mulher que se opõe ao marcador de gênero de pacifismo como antinatural e, por isso, como menos do que humana.

Como salienta Nancy Caron Hollander (1996), em estudo sobre os aspectos psicológicos e psicossociais da violência de gênero nas ditaduras latino-americanas, o conflito armado não inaugura a violência contra a mulher, mas amplifica uma situação preexistente e arraigada de desigualdade social e de gênero.

Sabem que a Silvinha da Flauta foi estuprada com uma espiga de milho, o tira soube do episódio do romance do Faulkner, alguém contou e ele achou genial, “Milho cru ou cozido?”, perguntou o outro e ele deu pormenores: “Milho esturricado, aqueles grãos espinhudos!” (TELLES, 2009, p.32)

Neste excerto do livro *As meninas* de Lygia Fagundes Telles (2009), o estupro é colocado como uma consequência em potencial colocada às presas políticas pegadas pela malha da contra-insurgência do regime militar. O trecho citado (única menção no livro à violência a que uma militante poderia ser submetida) é um exemplo da tendência à sexualização da mulher militante e não pacífica ou passiva, mas dificilmente pode ser apartado do contexto social mais abrangente do período em que foi escrito e publicado. Na década de 1970, o Brasil recém regularizava o divórcio (pela Lei n.º 6.515/1977) e os primeiros movimentos feministas se organizavam contra as teses dos “crimes de honra”, ou seja, a possibilidade de os julgamentos de assassinatos de mulheres pelos seus cônjuges culminar em penas menores para os réus que argumentassem agir “por amor” ou então “pela legítima defesa de sua honra” (MEDEIROS, 2011).

A guerrilheira, “puta comunista”, que figura na obra de Adriana Lisboa era, naturalmente, uma representante de um grupo e de um ideal considerados ilegítimos pelos seus trinta algozes, mas esta não é a única possibilidade de agressão a uma mulher em cenário de conflito armado. Não é determinante para o perpetrador da violência de gênero que a mulher protagonize uma ação considerada ilegítima e/ou ilegal. Ou seja, a protagonista da violência não precisa estar “do lado oposto” das linhas inimigas para ser suscetível a críticas e desdém quanto a sua aptidão e capacidade, ou, no pior dos casos, a agressões verbais, físicas e sexuais. Nos Estados Unidos, a título de exemplo, país cujas três Forças Armadas possuem uma presença feminina mais numerosa e anterior do que na experiência brasileira, a violência de gênero tornou-se uma questão premente, onde cerca de 19.000 casos de agressão sexual são reportados anualmente<sup>15</sup>.

Em suma, a “puta comunista”, guerrilheira no Araguaia, e a “puta oportunista”, voluntária da Força Expedicionária na Segunda Guerra, têm um denominador comum. Em muitos aspectos, o lado certo para uma mulher, em cenários de violência política, é estar *fora* da área de combate como um todo — exceto, e esta é uma premissa concessiva de importância fundamental, se nos papéis tradicionais de inculpabilidade, domesticidade e inocência, ou seja, segundo a prescrição da Bela Alma. As palavras de Yara Spadini, sobrevivente de sessões de tortura durante a ditadura de 1964, revelam esta premissa de forma clara: “o tom era de ‘por que você não está em casa, ao invés de estar aqui? Por que você perde tempo com coisas que não lhe dizem respeito?’”. (MERLINO, OJEDA, 2010, p. 96). Outra sobrevivente, Dulce Maia, a quem tratavam como ‘puta’ e ‘ordinária’ durante sessões de tortura, que incluíam a prática de estupro, explica que “eles tiveram muito ódio de mim porque diziam que eu era macho de aguentar” (MERLINO, OJEDA, 2010, p. 70). Estes relatos são uma presumível fração do universo que inclui os depoimentos jamais concedidos nos quais violência de gênero e violência política são fenômenos indissociáveis.

Na esteira da Comissão da Verdade, depoimentos, como os de Maia e Spadini, e arquivos, que outrora ocultavam indícios das violências perpetradas, tornaram-se acessíveis à população interessada. Ainda que possam ser feitas críticas ao escopo e à

---

<sup>15</sup> Os dados são ONG *Protect Our Defenders* (“Proteja Nossas(os) Defensoras(es)” em livre tradução para o português), que podem ser acessados no sítio virtual da ONG: <<http://www.protectourdefenders.com/>>.

extensão da Comissão da Verdade, seus resultados lançam nova luz à questão da violência política e de gênero na história, ainda presente, da sociedade brasileira. Estes depoimentos juntam-se a uma antologia maior, não restrita às fronteiras nacionais, das mulheres abjetas, as putas e os monstros, da violência política armada. Publicá-los é fundamental, mas a sua mera exposição será suficiente para se fazer compreender em uma cultura eivada de estereótipos de pacifismo maternalista — nos quais a mulher que transgride certas expectativas é considerada *menos mulher* e, não lhe cabendo outro estatuto possível, *menos humana*? Se, como Susan Sontag (2003), assentirmos que a mera exposição ao sofrimento alheio não desencadeia respostas imediatas ou previsíveis por parte do expectador, então concordaremos que a violência de gênero precisará de mais do que suas provas físicas para ser compreendida. A percepção da violência prescinde de experiências pregressas, enraizadas em um determinado meio e cultura do expectador. Avaliar as formas de representação das mulheres em várias modalidades discursivas, tarefa para a qual a narrativa literária é uma grande aliada, é um passo crucial para a compreensão da violência política.

## 5. Considerações Finais

Jean Elshtein (1995) argumenta que as narrativas tradicionais sobre as guerras e os conflitos armados costumam representar as mulheres pelo que, em empréstimo a um termo cunhado por Hegel, chamou de Belas Almas: “um ser definido por um modo de consciência que lhe permite proteger ‘a aparência de pureza por cultivar inocência sobre o curso histórico do mundo’” (HEGEL apud ELSHTAIN, 1995, p.4, tradução nossa). O mito do pacifismo e da passividade atávicas femininas, que concedem à mulher um papel de ingenuidade e de inocência em um cenário de violência política, é observável em vários meios discursivos, acadêmicos e não acadêmicos, que contribuem para reproduzir e perpetuar esta imagem. Neste artigo, argumentei que o mito da Bela Alma é observável tanto no discurso oficial militar brasileiro, quanto em obras literárias abertamente críticas à violência perpetrada pela repressão do regime militar de 1964.

A partir da análise de uma seleção de obras literárias brasileiras acerca da ditadura de 1964, demonstrei a tendência de representação feminina em contextos de



violência política por meio do papel secundário da mãe ou da esposa. Secundário porque mediado pelos reais protagonistas da violência e da militância, geralmente seus cônjuges ou filhos. A seguir, analisei as formas de representação das protagonistas da violência política, ou seja, as militantes e as guerrilheiras, em obras literárias brasileiras. Na esteira dos trabalhos de teóricas femininas do campo das Relações Internacionais, como Sjoberg e Gentry (2007, 2015), busquei as formas de diferenciação de gênero na descrição e na representação da agência feminina em cenários de violência política. Argumentei que a premissa de ingenuidade e passividade da Bela Alma é geradora de representações que colocam em dúvida a autonomia decisória da militante e da guerrilheira e, no limite, tendem a desumanizá-la ou desmoralizá-la.

Por fim, argumento que para compreender o fenômeno da violência política e das instâncias de violência de gênero que a constituem, é preciso avaliar as narrativas que particularizam a violência política feminina em relação à “violência política comum”, inscrevendo-as no campo da exceção ou da perversão individual. Se a imagem do pacifismo atávico e da inculpabilidade femininas tem, ainda, um grande domínio sobre as representações de mulheres em contextos de violência política, então é preciso avaliar essa modalidade de representação de forma geral e abrangente. Será preciso recorrer a narrativas além daquelas tradicionalmente afetas ao estudo das guerras e da violência armada (como as RI e os estudos estratégicos e de defesa, por exemplo), objetivo para o qual, como demonstrado neste artigo, a literatura é uma aliada.

## 6. Referências

ÅHÄLL, Linda (2012). “Motherhood, Myth and Gendered Agency in Political Violence”. **International Feminist Journal of Politics**, 14:1, 103-120.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana (2016). **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras.

BARASUOL, Fernanda; SILVA, André Reis da (2016). “International Relations Theory in Brazil: trends and challenges in teaching and research”. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 59, n. 2, e005. Disponível em: <<http://www.ibri-rbpi.org/?p=15334>>. Acesso: 10 Mai. 2016.

BALBINO, Viviane (2011). **Diplomata. Substantivo comum de dois gêneros**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

BEAUVOIR, Simone de (1989). **The Second Sex**. New York: Vintage.

BRASIL (2016). Ministério da Defesa. Secretaria Geral do Exército. **Boletim N° 24/2016**. Disponível: <<http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/>>. Acesso: 05 Mai, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Patronos do Exército Brasileiro. **Rosa da Fonseca**. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/patronos>>. Acesso em: 20, Mai. 2017.

CARVALHO, José Murilo de (2005). **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CLAUSEWITZ, Marie Von. Preface (1984). In: **On War**. CLAUSEWITZ, Carl Von. Princeton: Princeton University Press.

COHN, Carol (1987). Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals. **Signs**, v. 12, n. 4, p.687-718, Summer 1987. Within and Without: Women, Gender, and Theory. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3174209>> Acesso em: 25 fev. 2016.

COOKE, Miriam (1996). **Women and the War Story**. Berkeley: University of California Press.

ELSHTAIN, Jean Bethke (1995). **Women and War**. New York: Basics Books.

GILMORE, Stephanie (Ed.)(2008). **Feminist Coalitions**. Illinois: University of Illinois.

GENTRY, Caron (2009). Twisted Maternalism: From peace to violence. **International Feminist Journal of Politics**. 11 (2): pp. 235–252. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616740902789609>> Acesso em: 20 Abr. 2016.

HALLIDAY, Fred (2007). **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

HIRSCHAUER, Sabine (2014). **The Securitization of Rape: Women, War and Sexual Violence**. New York: Palgrave Mcmillan.

HOLLANDER, Nancy Caro (1996). The Gendering of Human Rights: Women and the Latin American Terrorist State. **Feminist Studies**, Vol. 22, No. 1, (Spring, 1996), pp. 40-80. Disponível: < <http://www.jstor.org/stable/3178246>> Acesso em: 06 Abr. 2015.

KUCINSKI, Bernardo (2015). **K.: relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify.

LISBOA, Adriana (2014). **Azul corvo**. Rio de Janeiro: Objetiva.

MEDEIROS, Luciene Alcinda de (2011). **Quem Ama Não Mata**. In: Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, julho 2011. Anais (on-line). São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível: <<http://www.snh2011.anpuh.org>> Acesso em: 06 Abr. 2015.

MENDES, R. Teixeira (1915). **Ainda pelo respeito cavalheiresco pela dignidade feminina**. Publicado no Jornal do Comércio de 15.6.1915. In: Fundo Igreja Positivista do Brasil. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Accessus: base de dados. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>> Acesso em 15 Jun. 2017.

MERLINO, Tatiana. OJEDA, Igor (2010). (orgs.) **Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Editora Caros Amigos.

MIGUEL, Luis Felipe (2015). Violência e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v 30, n. 88, Jun. 2015, pp. 29-45 Disponível: <<http://dx.doi.org/10.17666/308829-44/2015>> Acesso em: 20 Mai. 2017.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de et al (2009). Enfermeiras brasileiras na retaguarda da Segunda Guerra Mundial: repercussões dessa participação. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v.18, n.4, p688-696, Dec. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072009000400010>>. Acesso em: 06 Jun. 2017.

PAIVA, Marcelo Rubens (2015). **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Alfabeta.

PELLEGRINI, Domingos (1977). A mãe. In: **O homem vermelho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PILLA, Maria (2015). **Volto semana que vem**. São Paulo: Cosac Naify.

PINTO, Céli Regina Jardim (2003). **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SOIHET, Rachel (2000). A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 97-117, Dec. 2000. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a07.pdf>>. Acesso: 01 Jul. 2017.

SONTAG, Susan (2003). **Diante da Dor dos Outros**. São Paulo: Companhia das Letras.

SJOBERG, Laura. GENTRY, Caron (2007). **Mothers, Monsters, Whores: Women's Violence in Global Politics**. London: Zed Books Ltd.

SJOBERG, Laura. GENTRY, Caron (2015). **Beyond Mothers, Monsters, Whores: Women's Violence in Global Politics**. London: Zed Books Ltd.

SJOBERG, Laura (2013). **Gendering global conflict: toward a feminist theory of war**. New York: Columbia University Press.

TELLES, Lygia Fagundes (2009). **As meninas**. São Paulo: Companhia das Letras.

VEIGA, José J (2015). **Sombra de Reis Barbudos**. São Paulo: Companhia das Letras.

TICKNER, Ann (1997). "You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists". **International Studies Quarterly**. Vol. 41, No. 4 (Dec., 1997), pp. 611-632.

WHITE, Hayden (1994). As ficções da representação factual. In: **Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP.

WOOLF, Virginia (1938). **Three Guineas**. London: Hogarth Press.